



ANTROPOLOGIA

Destino incerto dos quilombolas

A titulação dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil tem enfrentado dificuldades jurídicas e institucionais, apesar de ser um direito constitucional. Após tramitar por mais de seis anos entre a Câmara e o Senado, um projeto de 1995, de autoria da então senadora Benedita da Silva para regulamentar o direito previsto na Constituição de 1988, foi vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele alegou ser suficiente a legislação atual. Das 743 comunidades identificadas oficialmente pela Fundação Palmares apenas 29 receberam titulação definitiva. O orçamento deste ano prevê gastar R\$ 4,1 milhões em processos de titulação; até o dia 19 de julho, no entanto, o desembolso do Ministério da Cultura somava apenas R\$ 150 mil. Cálculos da Fundação Palmares, órgão responsável pelas titulações, calculam em R\$ 50 milhões por ano a quantia necessária para as titulações e para manter os projetos de desenvolvimento sustentável no local. No veto presidencial consta parecer do Ministério da Justiça argumentando que a proposta viola a Constituição. Segundo o Ministério, a Carta de 1988 asseguraria o direito à terra aos "remanescentes das comunidades de quilombos"; já o projeto de regulamentação atribuiria esse direito às "comunidades remanescentes de



A comunidade de Boa Vista, no Pará, foi a primeira a receber a titulação de seu território, em 1995

quilombos". Ou seja, com a regulamentação, o que era um direito individual, do descendente das comunidades de quilombos, passaria a ser um direito coletivo, atribuído às comunidades remanescentes. "Em geral, quem pleiteia esses direitos são as comunidades. Nunca vi pedidos individuais", afirma a antropóloga Eliane O'Dwyer, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que aprovou em assembléia, em sua última reunião anual, uma carta de repúdio ao veto presidencial. "A argumentação do ministério ignora todas as manifestações das associações quilombolas e toda a produção de laudos e textos antropológicos sobre o assunto, ao afirmar que o artigo trata de um direito individual", reforça a antropóloga Ilka

Boaventura Leite, também da ABA. Os pareceres contrários ao Projeto de Lei não foram consensuais nem na Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, nem no Ministério da Justiça. A própria fundação refere-se, em seus documentos, a "comunidades remanescentes de quilombos" e não a "remanescentes de comunidades de quilombos", apontando o direito da coletividade e não dos indivíduos. Porém, a fundação pediu o veto porque o projeto de lei não a coloca como responsável pelo reconhecimento das terras. **Alcântara** Uma das comunidades que vive o problema da falta de titulação de suas terras é a de Alcântara, no Maranhão. O Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), objeto de acordo com os EUA para o uso comercial da base de foguetes, fica exatamente nessa



comunidade. Ocupando a região há mais de 200 anos, quando os produtores de algodão faliram e abandonaram a terra e seus escravos, os quilombolas locais mantêm um modo de vida tradicional, com o uso comunal da terra. Com a construção da base, 312 famílias foram realocadas compulsoriamente para agrovilas, ainda nos anos 80, o que perturbou um sistema de vida que alternava a pesca e o cultivo de roças comunitárias. Ainda vivem mais de 500 famílias no local, em 276 povoados. “Existe uma rede social que implica numa divisão de trabalho, serviços e troca de produtos entre os povoados”, afirma o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, que estuda essa comunidade. O problema é tão grave que, até hoje, a base não conseguiu aprovar sua licença ambiental – o EIA-RIMA – para funcionamento, devido ao impacto causado no meio antrópico. Para as entidades que trabalham na região, a situação em Alcântara é de clara violação de direitos humanos. A ONG brasileira Justiça Global encaminhou uma denúncia à Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Associação Norte-americana de Antropologia (AAA) enviou uma carta, a pedido da ABA, ao secretário de Defesa norte-americano, Colin Powell. A carta pede atenção à comunidade quilombola durante eventual renegociação do acordo para o uso do CLA e afirma que investigará o caso por intermédio de sua comissão de direitos humanos.

Rafael Evangelista

PLANEJAMENTO

Crise energética ainda em pauta

A crise energética brasileira não foi surpresa para os especialistas, passou por um período crítico de muita visibilidade na mídia e superou essa fase. A dúvida, porém, é se a questão foi realmente resolvida. Para o consultor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e professor da Engenharia Mecânica da Unicamp, Gilberto Jannuzzi, o impasse permanece. Avanços positivos, como a conscientização sobre o desperdício e a diminuição do consumo, aconteceram, mas os grandes problemas não foram resolvidos. Jannuzzi acrescenta que o aperfeiçoamento tecnológico substituiu uma tecnologia inadequada, “mas não saímos do risco, apesar dele ser menor agora”.

Ele ressalta o benefício de algumas ações governamentais, como a aprovação da lei 10.295, que estabelece os níveis máximos de consumo ou mínimos de eficiência energética, para máquinas e aparelhos fabricados ou vendidos no país, bem como das edificações construídas. “A lei tramitava no Congresso há dez anos e foi importante agilizar sua aprovação”, afirma Jannuzzi.

O Fundo Setorial de Energia Elétrica liberou recursos para desenvolver novas tecnologias que capacitem o setor energético a atender novas crises. “Mas ainda falta planejamento e visão

estratégica para atender a demanda futura”, acrescenta. Essa é uma análise que outros especialistas do setor também compartilham.

Para Maurício Tolmasquim, coordenador do Centro de Economia Energética e Ambiental (Cenergia) da Coppe, na UFRJ, o governo estava desprevinido para a crise e tomou medidas precipitadas, que resultaram num impacto sobre a economia e o bem-estar da população. Ele aponta erros no Programa Emergencial de Termelétricas. “É irracional num país rico em hidreletricidade”. Para Tolmasquim, as térmicas só deveriam entrar no sistema em casos de seca ou períodos de maior consumo, para complementar o abastecimento. Além disso, o investimento nas térmicas é encarecido pelo gás proveniente do gasoduto Brasil-Bolívia, que é pago independente de sua utilização, afirma Tolmasquim.

O professor da Coppe adverte, porém, sobre um problema que está sendo criado para o futuro. “Se toda oferta programada fosse real, o Brasil teria excesso de oferta até o ano de 2010, mas, na realidade, pode haver um déficit, pois a maioria dos empreendimentos não está sendo concretizada. Há um falso cenário na estratégia governamental que afasta investidores. É preciso afugentar a idéia de abundância que predomina no mercado”, conclui.

Marta Kanashiro